

Plano de descarbonização do país mira indústria e pequenas empresas¹

Naiara Bertão²

Os ministérios de Minas e Energia (MME) e da Indústria e Comércio (Mdic) vão divulgar conjuntamente, nesta terça-feira (21), novas propostas para descarbonizar a indústria brasileira e aumentar a eficiência energética das pequenas e médias empresas (PMEs).

As pastas participaram do desenvolvimento de dois estudos sobre o tema comandados pela GIZ (Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), entidade do governo alemão para cooperação técnica que atua no Brasil há 60 anos, e que contou com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Eles serviram como base para identificar melhorias em políticas públicas.

Segundo o diretor da GIZ, Marco Schiewe, a implementação de um plano nacional para eficiência energética do setor industrial poderia levar a uma economia de custos da ordem de R\$ 10 bilhões até 2050, em uma estimativa “conservadora” que consta a conclusão dos estudos. Isso representa ainda aproximadamente 4,5 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente (tCO₂e) evitadas, além de oportunidades para desenvolvimento de inovação e criação de empregos.

“O potencial real é até maior, mas fomos conservadores no cenário”, diz Schiewe.

O executivo cita que este número se desdobra em dois: R\$ 7,5 bilhões poderiam ser economizados com mudanças no uso de energia térmica, que é responsável por 80% do consumo energético industrial, e outros R\$ 2,5 bilhões com o aperfeiçoamento do Programa de Eficiência Energética (PEE), da Agência

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/11/21/plano-de-descarbonizacao-do-pais-mira-industria-e-pequenas-empresas.ghtml>. Acesso em: 22 de nov. de 2023.

² Jornalista do Valor Econômico.

Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujo objetivo é desenvolver projetos de eficiência energética em pequenas e médias (PMEs) indústrias.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a indústria consome hoje 32% da energia final do país e 37% do consumo de energia elétrica, além de ser responsável por 18,13% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas à matriz energética. “Por isso, o papel da indústria na meta de descarbonização do país é de grande importância”, diz Davi Bomtempo, gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI.

O setor, de acordo com Thiago Barral, secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do MME, tem papel importante na jornada do Brasil para cumprir as metas de descarbonização acordadas no Acordo de Paris. Segundo ele, a eficiência energética é pilar importante na implementação de uma política nacional de transição energética, foco do governo atual

“Nossa visão é de que a redução das emissões de energia passa pela sua eficiência energética. Essa é uma das frentes para ajudar nos compromissos climáticos do país.”

Barral adiantou ao Valor que, entre as iniciativas propostas nesta terça, está a expansão para todos os Estados brasileiros do PotencializEE, programa que apoia pequenas e médias indústrias na implementação de medidas de eficiência energética.

A decisão segundo ele se deve ao sucesso do projeto-piloto feito no Estado de São Paulo neste ano.

“Estamos nos preparando para transformar o piloto em programa nacional e já reservando recursos do próximo ciclo de aplicação do Procel [Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica] para fortalecer o fundo garantidor e aumentar a atratividade de investimentos”, destaca. Ele explica que uma parte dos recursos do Procel é direcionada a um fundo garantidor hoje gerido pelo BNDES.

A pesquisa identificou que a exigência de garantias é um dos principais obstáculos para empresas, especialmente as menores, obterem financiamento para trocar máquinas, comprar equipamentos e realizar treinamentos visando a eficiência energética. Assim, a ideia é usar recursos do fundo garantidor, que hoje já soma cerca de R\$ 50 milhões, para servir como garantia para empréstimos com essa finalidade.

Outra proposta que será apresentada nesta terça se refere ao Programa de Eficiência Energética (PEE). Hoje, 0,5% da receita operacional líquida anual das distribuidoras de energia é direcionado a esse programa, que tem o objetivo de estimular o uso racional de energia elétrica. Metade do dinheiro deve ser destinada a projetos dos dois maiores grupos consumidores de energia, as

residências e as indústrias. Porém, a GIZ identificou na pesquisa que, embora a indústria consuma 37% da energia elétrica do país, a participação do setor no programa é de 6%.

Parte importante das mudanças, porém, precisará vir dos processos que envolvem energia térmica. O documento lista incentivos e melhores condições para uso de tecnologias de cogeração, recuperação de calor desperdiçado para uso na própria operação, treinamentos de profissionais especializados em eficiência energética, melhoria na gestão do uso da energia e inovação.

Joice Pereira, engenheira do programa PotencializEE pela GIZ, comenta que há muitas soluções já disponíveis, como os medidores de energia que podem ser acoplados às máquinas, mas que não costumam ser vendidos juntos. Outro exemplo é a substituição de uma caldeira antiga (mais de 20 anos de uso) que usa gás natural para obter vapor d'água por uma bomba de calor elétrica, o que reduz drasticamente as emissões, uma vez que a matriz brasileira é limpa.